

# NEWSLETTER DIGESTO N.º 20/2015

Disponibilização: 12 de outubro de 2015  
Período abrangido: 28 de setembro a 09 de outubro de 2015

## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO



## Índice Temático

1. Administração Interna
  - Segurança Interna
2. Administração Pública
3. Agricultura, Caça e Pescas
  - Agricultura e Agropecuária
  - Pescas e Aquicultura
  - Vitivinicultura
4. Ambiente
5. Comércio
6. Comunicação Social
7. Consumidores
8. Cultura
9. Defesa e Forças Armadas
10. Desenvolvimento Social
11. Desporto
12. Educação
13. Eleições
14. Empresas
15. Energia
16. Finanças
  - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
  - Questões Contabilísticas
  - Questões Orçamentais
17. Investigação Científica
18. Jogos de Fortuna e Azar e Outros
19. Justiça
20. Negócios Estrangeiros
21. PORTUGAL 2020

- 22. Reabilitação Urbana
- 23. Regiões Autónomas
  - Açores
  - Madeira
- 24. Saúde
- 25. Segurança Social
- 26. Trabalho
  - Formação Profissional
- 27. Transportes e Comunicações
  - Transporte ferroviário

## 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### [Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro](#)

(Ministério da Administração Interna)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.

- SEGURANÇA INTERNA

### [Despacho n.º 10728/2015, de 28 de setembro](#)

(Ministério da Administração Interna - Gabinete da Ministra)

Aprova o Regulamento dos Procedimentos de Inspeção e Fiscalização de Centros de Instalação Temporária ou Espaços Equiparados e de Monitorização de Regressos Forçados.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2015, de 06 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria, na dependência do Ministério das Finanças, a Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.

## 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### [Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 02 de outubro](#) (Ministério da Administração Interna)

Clarifica o regime transitório constante do Decreto-Lei n.º 159/2005, de 20 de setembro e do artigo 285.º do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, harmonizando-o com o regime aplicável aos militares das Forças Armadas.

### [Portaria n.º 337/2015, de 07 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças)

Define os termos de afetação permanente de espaços do Palácio Foz a entidades públicas e da sua utilização por entidades privadas, atribui a valorização e a animação cultural dos espaços nobres bem como estabelece as condições da sua cedência a terceiros.

## 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA E AGRO-PECUÁRIA

### [Portaria n.º 324/2015, de 01 de outubro](#) (Ministério da Agricultura e do Mar)

Cria a Bolsa de Iniciativas da Parceria Europeia de Inovação para a produtividade e sustentabilidade agrícolas, abreviadamente designada Bolsa de Iniciativas, nomeadamente para efeitos do apoio previsto na ação 1.1, «Grupos Operacionais», da medida 1, «Inovação», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.



- **PESCAS E AQUICULTURA**

[Decreto-Lei n.º 221/2015, de 08 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas.

[Decreto-Lei n.º 222/2015, de 08 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à regulamentação da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas.

[Portaria n.º 339/2015, de 08 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca com Recurso a Artes de Cerco, aprovado pela Portaria n.º 260-A/2015, de 24 de agosto.

- **VITIVINICULTURA**

[Portaria n.º 322/2015, de 01 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede   terceira altera o   Portaria n.º 239/2012, de 9 de agosto, que estabelece as regras complementares relativas   designa o, apresenta o e rotulagem dos produtos do setor vitivinícola.

[Portaria n.º 323/2015, de 01 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 199/2010, de 14 de abril, que estabelece as normas complementares referentes à indicação do ano de colheita e ou das castas de uva na rotulagem dos produtos do setor vitivinícola sem denominação de origem ou indicação geográfica, produzidos a partir de uvas colhidas no território nacional continental.

[Portaria n.º 327/2015, de 02 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e da ajuda a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos na campanha de 2015-2016.

[Portaria n.º 335/2015, de 06 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 212/2014, de 14 de outubro, que define o regime de produção e comércio dos vinhos com direito à denominação de origem (DO) «Bairrada», mantendo o reconhecimento DO «Bairrada».

[Despacho n.º 11342/2015, de 09 de outubro](#)  
(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)

Reconhece a VINI PORTUGAL - Associação Interprofissional para a Promoção dos Vinhos Portugueses, como Organização Interprofissional do Vinho.

#### 4. AMBIENTE

[Portaria n.º 326/2015, de 02 de outubro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental.

[Portaria n.º 330/2015, de 05 de outubro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Póvoa de Varzim.

[Portaria n.º 331/2015, de 05 de outubro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova a Reserva Ecológica Nacional do município de Esposende.

[Portaria n.º 332/2015, de 05 de outubro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mirandela.

[Portaria n.º 332-B/2015, de 05 de outubro](#)

(Ministérios das Finanças, da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece o valor da taxa ambiental única, a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicável aos procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente.



[Decreto-Lei n.º 218/2015, de 07 de outubro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.

## 5. COMÉRCIO

[Decreto-Lei n.º 219/2015, de 08 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração aos Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, incluindo nas respetivas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.

[Decreto-Lei n.º 220/2015 de 08 de outubro](#)

(Ministério da Economia)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2013, de 27 de dezembro, que aprova o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio.

## 6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Despacho n.º 10835/2015, de 30 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte)

Cria a comissão de acompanhamento dos regimes de incentivo à leitura de publicações periódicas e dos incentivos do Estado à comunicação social.

[Declaração de Retificação n.º 862/2015, de 01 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Aviso n.º 10783/2015, de 23 de setembro, que torna pública a composição da comissão da Carteira Profissional de Jornalista para o triénio de 2015-2018.

## **7. CONSUMIDORES**

[Portaria n.º 329/2015, de 05 de outubro](#)  
(Ministério das Finanças)

Procede à sexta alteração à Portaria n.º 1295/2007, de 01 de outubro, que aprova o novo modelo e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufacturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional.

## **8. CULTURA**

[Despacho n.º 10941/2015, de 02 outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Homologa a tabela de preços de bilheteira do Teatro Camões/Companhia Nacional de Bailado para a Temporada 2015/2016.

[Despacho n.º 10942/2015, de 02 outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Homologa a tabela de preços de bilheteira do Teatro Nacional de São Carlos para a Temporada 2015/2016.

## 9. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Portaria n.º 311/2015, de 28 de setembro](#)  
(Ministério da Defesa Nacional)

Aprova o regime aplicável à atividade de nadador-salvador, bem como às restantes entidades que asseguram a informação, apoio, vigilância, segurança, socorro e salvamento no âmbito da assistência a banhistas.

[Despacho n.º 10841/2015, de 30 de setembro](#)  
(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Determina a criação da Equipa de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato de Aquisição de dois Navios Patrulha Oceânicos.

[Portaria n.º 321/2015, de 01 de outubro](#)  
(Ministério da Defesa Nacional)

Aprova o Regulamento de Uniformes do Nadador-Salvador Profissional.

[Despacho n.º 11310/2015, de 09 de outubro](#)  
Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro

Torna público o prolongamento do período de vigência do Memorandum of Understanding «Multilateral Lynx Support Committee» MLSC).

## 10. DESPORTO

### [Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Fixa as condições de atribuição do montante correspondente a 3,5 % da receita apurada, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 12.º do regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

### [Despacho n.º 11258/2015, de 08 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude)

Define a rede nacional de centros de alto rendimento constituída por várias infraestruturas desportivas.

## 11. EDUCAÇÃO

### [Decreto-Lei n.º 211/2015, de 29 de setembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 241/99, de 25 de junho, que cria a Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

### [Decreto-Lei n.º 212/2015, de 29 de setembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Cria a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

### [Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Cria a Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

**Decreto-Lei n.º 214/2015, de 29 de setembro**  
(Ministério da Educação e Ciência)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de fevereiro, que cria a Escola Portuguesa de Díli - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2015, de 01 de outubro**  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2015, de 9 de setembro, que autoriza a realização da despesa destinada ao apoio financeiro do Estado a estabelecimentos de ensino artístico especializado que celebrem contratos de patrocínio para os anos letivos de 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018.

**Despacho n.º 10913/2015, de 01 de outubro**  
(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Determina o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2015/2016.

**Despacho n.º 11227/2015, de 07 de outubro**  
(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar)

Torna Público o reconhecimento do Colégio S. Francisco de Assis, em Luanda Sul, Angola, como entidade devidamente habilitada para a lecionação da educação pré-escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, nos termos do currículo e programas portugueses.



[Despacho n.º 11236/2015, de 07 de outubro](#)

(Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e da Solidariedade e da Segurança Social)

Torna Público o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar - CNIS - UMP - fixação da compensação financeira para o ano letivo 2014-2015.

[Despacho n.º 11237/2015, de 07 de outubro](#)

(Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e da Solidariedade e da Segurança Social)

Torna Público o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar - ANMP - fixação do apoio financeiro para o ano letivo 2014/2015.

[Despacho n.º 11238/2015, de 07 de outubro](#)

(Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino Básico e Secundário e do Emprego)

Torna Público o valor das transferências a realizar para a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, no ano de 2015, pelo Ministério da Educação e Ciência e pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

[Despacho n.º 11239/2015, de 07 de outubro](#)

(Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.)

Torna Público a adaptação do modelo de diploma de qualificações atualmente em vigor no Sistema Nacional de Qualificações, bem como criação do modelo de certificado profissional provisório.

[Portaria n.º 341/2015, de 09 de outubro](#)  
(Ministério da Educação e Ciência)

Cria e regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e de nível Secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do Ministério de Educação e Ciência, sem prejuízo de ofertas que outras entidades possam vir a desenvolver.

## 12. ELEIÇÕES

[Despacho n.º 11182/2015, de 07 de outubro](#)  
(Ministérios das Finanças e da Administração Interna - Gabinetes das Ministras de Estado e das Finanças e da Administração Interna)

Determina o montante das verbas a transferir para os municípios referentes à eleição dos deputados à Assembleia da República.

## 13. EMPRESAS

[Decreto-Lei n.º 225/2015, de 09 de outubro](#)  
(Ministério da Economia)

Procede à criação do Fundo de Capital e Quase Capital, gerido pela IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A., e vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos financeiros de capitalização de empresas com recurso a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento.

[Decreto-Lei n.º 226/2015, de 09 de outubro](#)

(Ministério da Economia)

Procede à criação do Fundo de Dívida e Garantias, gerido pela IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A., e vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos financeiros de capitalização de empresas com recurso a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento.

[Despacho n.º 11338/2015, de 09 de outubro](#)

(Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)

Determina a concessão de um subsídio aos armadores nacionais, inscritos no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), destinado a atenuar os encargos com tripulações portuguesas ou comunitárias ao serviço de navios de comércio, de bandeira portuguesa de registo convencional e dos quais sejam proprietários, com exceção dos navios de passageiros e dos navios de tráfego local.

[Despacho n.º 11339/2015, de 09 de outubro](#)

(Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)

Determina que são comparticipados a fundo perdido os projetos de investimento realizados por armadores nacionais, inscritos no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT I. P.), que se destinem a equipamentos a instalar em 2 navios de comércio, de bandeira portuguesa de registo convencional e dos quais sejam proprietários, com exceção dos navios de passageiros e dos navios de tráfego local.

[Despacho n.º 11341/2015, de 09 de outubro](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete da Ministra)

Determina a reserva do uso de Óbidos e Alcobaça como Indicação Geográfica (IG) para Ginja aos produtos que obedeçam às características e aos requisitos fixados no anexo ao presente despacho e às restantes disposições constantes do respetivo caderno de especificações depositado na Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

## 14. ENERGIA

### [Decreto-Lei n.º 214-E/2015, de 30 de setembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de maio, que estabelece as especificações técnicas do propano e butano, transpondo a Diretiva n.º 2014/77/UE, da Comissão, de 10 de junho de 2014, que altera os anexos I e II da Diretiva n.º 98/70/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 1998, relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel.

### [Portaria n.º 325/2015, de 02 de outubro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 662/96, de 14 de novembro, que define as regras relativas à seleção e reconhecimento da entidade nacional inspetora de instalações elétricas (ANIIE).

## 15. FINANÇAS

- BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

### [Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2015, de 28 de setembro](#)

(Banco de Portugal)

Estabelece os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito na divulgação dos Serviços Mínimos Bancários e das condições de acesso e prestação desses serviços.



**Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2015, de 02 de outubro**  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as condições em que é permitida a emissão de novas Obrigações do Tesouro, com taxa de juro variável, designadas «Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável», nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2015, de 12 de janeiro.

**Despacho n.º 10957/2015, de 02 de outubro**  
(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Determina o limite máximo de endividamento líquido global direto - Certificados de aforro e certificados do tesouro poupança mais.

**Declaração de Retificação n.º 883/2015, de 06 de outubro**  
(Banco de Portugal)

Retifica o Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2015, que estabelece os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito na divulgação dos Serviços Mínimos Bancários e das condições de acesso e prestação desses serviços.

- **Questões Contabilísticas**

**Portaria n.º 318/2015, de 01 de outubro**  
(Ministério das Finanças)

Aprova a declaração modelo 25 e respetivas instruções de preenchimento a utilizar pelas entidades que recebam donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado no Estatuto dos Benefícios Fiscais.



- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2015, de 02 de outubro**  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Ratifica o Memorando de Entendimento celebrado, em 31 de julho de 2015, entre o Estado Português e o Município do Porto e todos os demais atos praticados ou a praticar na sua decorrência.

**Portaria n.º 338/2015, de 08 de outubro**  
(Ministério das Finanças)

Aprova os novos modelos de fatura, de recibo e de fatura-recibo, bem como as respetivas instruções de preenchimento, de acordo com as novas redações do artigo 115.º do Código do IRS e do artigo 29.º do Código do IVA.

## **16. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

**Lei n.º 73/2015, de 27 de julho**  
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 21/2014, de 16 de abril, que aprova a lei da investigação clínica, no sentido de fixar as condições em que os monitores, auditores e inspetores podem aceder ao registo dos participantes em estudos clínicos.

## **17. JOGOS DE FORTUNA E AZAR E OUTROS**

**Aviso n.º 11016/2015, de 29 de setembro**  
(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)

Torna Público os planos Oficiais de prémios da Lotaria Popular respeitantes ao 4.º trimestre de 2015.

[Aviso n.º 11017/2015, de 29 de setembro](#)

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)

Torna Público o Plano Oficial de prémios da Lotaria Clássica de Natal respeitante ao 4.º trimestre de 2015.

[Aviso n.º 11018/2015, de 29 de setembro](#)

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)

Torna Público os Planos Oficiais de prémios da Lotaria Clássica respeitantes ao 4.º trimestre de 2015.

[Portaria n.º 314/2015, de 30 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia)

Fixa o modo de repartição do montante de 37,5 % do imposto especial de jogo online.

## 18. JUSTIÇA

[Declaração de Retificação n.º 852/2015, de 28 de setembro](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Retifica o Parecer 19/2014, de 26 de agosto de 2015, que torna público o parecer votado na sessão do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 10 de julho de 2014, homologado por despacho de 04 de agosto de 2015, sobre proteção concorrencial entre casinos e jogos de fortuna ou azar fora dos casinos.

[Parecer n.º 3/2013, de 29 de setembro](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Torna público o parecer acerca da transferência de estabelecimentos de ensino superior instituídos pela COFAC, CRL para Sociedade de Estudos Superiores e Culturais, S. A. (SESC, S. A.).

[Declaração de Retificação n.º 44/2015, de 30 de setembro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 de agosto, que regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal, aprovado pela Lei n.º 37/2015, de 25 de agosto.

[Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro](#)  
(Ministério da Justiça)

Determina no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 100/2015, de 19 de agosto, rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente.

[Portaria n.º 334/2015, de 06 de outubro](#)  
(Ministério da Justiça)

Procede à segunda alteração ao Regulamento Interno do Julgado de Paz de Sintra, aprovado pela Portaria n.º 209/2006, de 3 de março.

## 19. PORTUGAL 2020

[Portaria n.º 328-A/2015, de 02 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro que adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização.

### [Decreto-Lei n.º 215/2015, de 06 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020.

## 20. REABILITAÇÃO URBANA

### [Portaria n.º 228/2015, de 03 de agosto](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Aprova os modelos de alvarás e de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE).

## 21. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

### [Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2015/A, de 29 de setembro](#)

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Cria o Parque Arqueológico Subaquático do Slavonia, na costa do Lajedo, concelho das Lajes na Ilha das Flores.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 86-A/2015, de 02 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a celebração de um protocolo financeiro de cooperação entre o Estado e a Região Autónoma dos Açores.

- MADEIRA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 86-B/2015, de 02 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a celebração de um protocolo financeiro de cooperação entre o Estado e a Região Autónoma da Madeira.

[Despacho n.º 11179/2015, de 07 de outubro](#)  
(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro)

Torna público a autorização da manutenção da garantia pessoal do Estado ao empréstimo bancário contraído pela Região Autónoma da Madeira, junto do Banco Espírito Santo, S. A., atualmente Novo Banco, S. A.

## 22. SAÚDE

[Portaria n.º 324-A/2015, de 01 de outubro](#)  
(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Fixa os valores das taxas moderadoras na concretização da interrupção voluntária da gravidez.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2015, de 02 de outubro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Extingue a Comissão Interministerial de Coordenação da Resposta ao Ébola, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2014, de 31 de outubro.



[Decreto-Lei n.º 223/2015, de 08 de outubro](#)  
(Ministério da Saúde)

Cria um incentivo a atribuir, pelo aumento da lista de utentes, aos trabalhadores médicos especialistas de medicina geral e familiar a exercer funções nas unidades de saúde familiar de modelo A e nas unidades de cuidados de saúde personalizados, em zonas geográficas qualificadas como carenciadas.

[Portaria n.º 340/2015, de 08 de outubro](#)  
(Ministério da Saúde)

Regula, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP), a caracterização dos serviços e a admissão nas equipas locais e as condições e requisitos de construção e segurança das instalações de cuidados paliativos.

[Despacho n.º 11297/2015, de 08 de outubro](#)  
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Reconhece os Centros de Referência para as áreas da Epilepsia Refratária, da Onco-Oftalmologia, da Paramiloidose Familiar, do Transplante Pulmonar, do Transplante do Pâncreas e do Transplante Hepático.

## **23. SEGURANÇA SOCIAL**

[Portaria n.º 328-B/2015, de 02 de outubro](#)  
(Ministérios das Finanças, da Agricultura e do Mar e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece as condições de dispensa do pagamento de contribuições para a segurança social, relativamente aos produtores de leite de vaca cru, respetivos cônjuges e trabalhadores.

## 24. TRABALHO

- FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Portaria n.º 229/2015, de 03 de agosto](#)

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Cria a medida Cheque-Formação.

[Portaria n.º 317/2015, de 30 de setembro](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece e define as entidades formadoras dos detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos, aprovando igualmente os requisitos específicos a que devem obedecer as entidades formadoras, o conteúdo da formação e os respetivos métodos de avaliação.

## 25. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- TRANSPORTE FERROVIÁRIO

[Decreto-Lei n.º 214-D/2015, de 30 de setembro](#)

(Ministério da Economia)

Transpõe a Diretiva n.º 2014/88/UE, da Comissão, de 9 de julho de 2014, que altera o anexo I da Diretiva n.º 2004/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, no que respeita aos indicadores comuns de segurança e aos métodos comuns de cálculo dos custos dos acidentes ferroviários.

**[Decreto-Lei n.º 214-A/2015, de 30 de setembro](#)**  
**(Ministério da Economia)**

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 335-A/99, de 20 de agosto, que aprova as bases da concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Beira Interior.

**[Decreto-Lei n.º 214-B/2015, de 30 de setembro](#)**  
**(Ministério da Economia)**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 234/2001, de 28 de agosto, que aprova as bases da concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, manutenção e exploração dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Norte Litoral.

**[Decreto-Lei n.º 214-C/2015, de 30 de setembro](#)**  
**(Ministério da Economia)**

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 55-A/2000, de 14 de abril, que aprova as bases da concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designada por Algarve.

**[Decreto-Lei n.º 216/2015, de 07 de outubro](#)**  
**(Ministério da Economia)**

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2014/106/UE, da Comissão, de 5 de dezembro de 2014, que altera os anexos V e VI da Diretiva n.º 2008/57/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, relativa às condições a cumprir para se realizar a interoperabilidade do sistema ferroviário comunitário.

[Decreto-Lei n.º 217/2015, de 07 de outubro](#)  
(Ministério da Economia)

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2012/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que estabelece um espaço ferroviário europeu único.

# CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

## Dados Gerais:

### LEI N.º 75/2013

Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12

**Tipo Diploma:** Lei

**Número:** 75/2013

**Data Assinatura:** 2013-09-12

**Entidade(s) Emitente(s):** Assembleia da República

**Fonte:** DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 176, de 2013-09-12, Pág. 5688 - 5724

**Entrada em Vigor:** no dia seguinte ao da realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais imediatamente subsequentes à sua publicação, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 3º.



## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Dados Gerais:

#### Notas aos Dados Gerais

---

1. A presente lei não prejudica o disposto na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro (artigo 5º);
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 2º, as comunidades intermunicipais existentes à data da entrada em vigor da presente lei mantêm-se com as áreas geográficas e as denominações constantes do anexo ii à presente lei;
3. No prazo de 90 dias, as novas comunidades intermunicipais aprovam os seus estatutos e as comunidades intermunicipais existentes à data da entrada em vigor da presente lei que sofram alterações nas respetivas áreas geográficas reveem os seus estatutos e regulam as consequências jurídicas da alteração (artigo 2º);
4. Mantêm-se válidos e em vigor, com as devidas adaptações, e em tudo o que não contrarie o disposto no regime jurídico das entidades intermunicipais, aprovado no anexo i, os regulamentos com eficácia externa e os regulamentos de organização e funcionamento dos serviços das entidades intermunicipais existentes à data da entrada em vigor da presente lei (artigo 2º);

#### Resumo

---

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

Aplica/Regulamenta:

#### Aplica/Regulamenta

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto
------	-------

Al. c) do art. 161.º da CRP

## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Aplicado por/Regulamentado por:

Aplicado Por/Regulamentado Por		
Foram encontradas 69 associações.		
Pág. 1 de 7 1 2 3 4 5 6 ... > »		
Data	Texto	Diploma
2015-10-02	Aviso n.º 11221/2015 - Diário da República n.º 193/2015, Série II de 2015-10-02 (Al. r) do n.º 1 do art. 25.º, al. t) do n.º 1 do art. 35.º e art. 56.º)	Aviso n.º 11221/2015 - Diário da República n.º 193/2015, Série II de 2015-10-02
2015-09-29	Aviso n.º 11025/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série II de 2015-09-29 (Al.t) do n.º 1 do art. 35.º e do art.56.º)	Aviso n.º 11025/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série II de 2015-09-29
2015-09-21	Aviso n.º 10705/2015 - Diário da República n.º 184/2015, Série II de 2015-09-21 (Al. h) do n.º 1 do art 25.º)	Aviso n.º 10705/2015 - Diário da República n.º 184/2015, Série II de 2015-09-21

## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Modificações Produzidas:

#### Modificações Produzidas

Foram encontradas 7 associações.

Data	Texto
2008-08-27	Revoga, nos termos do art. 4º, a Lei 45/2008, de 27-ago, DR IS [165], sem prejuízo do disposto no nº 2 do art. 3º
2008-08-27	Revoga, nos termos do art. 4º e na redação da Lei 55-A/2010, de 31-dez, a Lei 46/2008, de 27-ago, DR IS [165], sem prejuízo do disposto no nº 2 do art. 3º
2002-12-18	Revoga, nos termos do art. 4º e na redação do Dec Lei 204/2012, de 29-ago, o n.º 1 do art. 2.º do Dec Lei n.º 310/2002, de 18-dez, DR IS-A [292] na parte em que refere as als b), c) e f) do art. 1.º do mesmo diploma, bem como as suas subsequentes disposições relativas à titularidade da competência p ...
1999-09-18	Revoga, nos termos do art. 4º, os arts. 1.º a 3.º, 10.º-A, 13.º a 16.º, as als. c) a o) e q) a s) do n.º 1 e os n.os 2 a 6 do art. 17.º, os arts. 18.º a 20.º, o n.º 1 do art. 23.º, 30.º a 41.º, 46.º-A, 49.º a 52.º-A, as als. b) a j) e m) a r) do n.º 1 e os n.os 2 a 8 do art. 53.º, os arts. 54.º e 55 ...

## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Modificações Sofridas:

Modificações Sofridas			Acc
Data	Texto	Diploma	
2015-07-16	Alterados os arts 23.º e 33.º do anexo I pelo(a) Lei n.º 69/2015 - Diário da República n.º 137/2015, Série I de 2015-07-16 nos termos do art. 10.º desta	Lei n.º 69/2015 - Diário da República n.º 137/2015, Série I de 2015-07-16	
2015-06-09	Revogada, a partir de 08.08.2015, a Lei 1/2009 de 05-jan, e extintas, a partir da mesma data, as Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto criadas pela citada lei, sucedendo-lhes as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto cujas competências constam do presente diploma, pelo( ...	Lei n.º 52/2015 - Diário da República n.º 111/2015, Série I de 2015-06-09	
	Dada nova redação ao art. 138.º [excecionalmente da aplicação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira	Lei n.º 25/2015 -	



## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Retificado por:

Retificado por		
Foram encontradas 2 associações.		
Data	Texto	Diploma
2013-11-11	Retificadas a al. u) do nº 1 do art. 25º e a al. u) do nº 1 do art. 96º ambos do anexo I pela DECL-RECT.50-A/2013.11.11.2013.AR, DR.IS [218-Supl] de 11.11.2013	Declaração de Retificação n.º 50-A/2013 - Diário da República n.º 218/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-11-11
2013-11-01	Retificados a al. k) do nº 1 do art. 9º, a al. uu) do nº 1 do art. 16º, a al. s) do nº 1 do art. 33º, a al. c) do nº 1 do art. 90º, a al. b) do nº 1 do art. 102º, o nº 2 do art. 105º e o nº 2 do art. 135º todos do anexo I pela DECL-RECT.46-C/2013.01.11.2013.AR, DR.IS [212-2ºSupl] de 01.11.2013	Declaração de Retificação n.º 46-C/2013 - Diário da República n.º 212/2013, 2º Suplemento, Série I de 2013-11-01

Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

Parlamento: (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

#### Parlamento

---

**Proposta de Lei 104/XII:** Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

#### Autoria

- Governo

2012-10-24 | **Entrada**

2012-10-24 | **Publicação**

- [DAR II série A N.º 21/XII/2 . 2012-10-24]

2012-10-24 | **Publicação**

- [DAR II série A N.º 21/XII/2 . 2012-10-24 (pág. 9-56)]

2012-10-25 | **Admissão**

2012-10-25 | **Anúncio**

2012-10-25 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

**Obs:** conexão com a 1.ª Comissão

## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

**Campos de Pesquisa**

Base de dados: Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave: autarquias locais

! Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e \* (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar


184 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	06/16/2015	218/11.0tcgmr.g1.s1	ANA Paula Boularot	Responsabilidade Civil Culpa IN Vigilando
<input type="checkbox"/>	06/16/2015	117/14.4ttlmg.c1.s1	Gonçalves Rocha	Competência Material Contrato de Trabalho Contrato de Trabalho em Funções Públicas


## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:






**Campos de Pesquisa**

Base de dados:  

Palavra Chave:

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e \* (truncatura à direita e/ou à esquerda).

86 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa


	06/12/1991	2KB	Referendo Local
	05/29/1991	2KB	Referendo Local
	05/04/1994	3KB	Quorum
	07/13/1994	2KB	Referendo Local
	07/09/1991	1KB	Referendo Local

## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

Base de dados: Supremo Tribunal Administrativo

Palavra Chave: autarquias locais

 Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e \* (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	09/24/2015	0295/15	Maria do CÉU Neves	Juros Legais Contrato Fornecimento de ÁGUA
<input type="checkbox"/>	07/14/2015	0549/15	ANA Paula Portela	Metropolitano de Lisboa Companhia Carris de Ferro de Lisboa



## Lei 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais)

### Pareceres da Procuradoria-Geral da República:

Base de dados:

Palavra Chave:

**!** Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e \* (truncatura à direita e/ou à esquerda).

250 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Data Votação	Parecer	KB	1º Descritor	Relator
<input type="checkbox"/>	03/27/1982	P000441982	3KB	Autarquia Local	Cabral Barreto
<input type="checkbox"/>	05/10/1990	P000211990	36kB	Autarquia Local	Salvador da Costa
<input type="checkbox"/>	11/20/2003	P001382001	98kB	Autarquia Local	Fernanda Maçãs

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[digesto@pcm.gov.pt](mailto:digesto@pcm.gov.pt)

Muito obrigada/o pela sua sugestão